



Plano de Curso 2015-2

Disciplina: Contabilidade Publica I

Curso: Ciências Contábeis

Código: CON03753

Professora: Tereza Cecilia Brunelli

Créditos: 4

Carga Horária: 60 horas

Período: 6º

E-mail: brunellitereza@gmail.com

Objetivos

Possibilitar ao aluno o aprendizado e domínio de conhecimentos básicos de Finanças Públicas, de Direito Financeiro e de Gestão Pública indispensáveis à Contabilidade aplicada na Administração Pública e nos respectivos controles da gestão.

Ementa

Serviço Público: Aspectos Sociais, Políticos e Constitucionais. Administração Pública e Campo de Aplicação da Contabilidade Pública. Evolução Histórica da Contabilidade Pública. Gestão dos Recursos Públicos. Instrumentos de Gestão: Orçamento Público, Plano Plurianual de Investimentos (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei de Orçamentos Anuais (LOA). Orçamento por Programas. Receita Pública. Despesa Pública. Licitações e Contratos Administrativos. Pregões. Execução Orçamentária e Controles Contábeis. Créditos Orçamentários e Créditos Adicionais. Regime de Adiantamento. Controle Interno e Externo: Auditoria Interna, Tribunais de Contas e Poder Legislativo. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP).

Conteúdo Programático

UNIDADE I – Serviços Públicos. Utilidade Pública. Concessão e Permissão. Impostos e Tarifas. Administração Pública Direta e Indireta. Serviços Autônomos. Campo de aplicação da Contabilidade Pública. Gestão Pública.

UNIDADE II – Instrumentos Legais de Gestão Pública - Lei Orçamentária Anual (LOA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Plano Plurianual (PPA) e Planejamento Estratégico de Longo Prazo. Princípios Orçamentários. Estudos de casos reais de LOA, LDO e PPA de entes Federativos com pesquisas em sites oficiais e Portal da Transparência.

UNIDADE III – Receita Pública, definições, classificações e codificações conforme o Manual das Receitas, portarias STN/SOF 163 e Lei 4.320/64 e Estágios e proposta orçamentária das Receitas e procedimentos de contabilização. Estudos de casos reais da receita pública de Entes Federativos, confrontado com a legislação.

UNIDADE IV – Despesa Pública, definições, princípios, as diversas classificações, codificações segundo o Manual das Despesas, Portaria 42, Portaria STN/SOF 163 e Lei 4.320/64. Estágios das Despesas Públicas, proposta orçamentária das despesas e procedimentos de contabilização. Estudos de casos reais da despesa pública de Entes Federativos, confrontado com a legislação.

UNIDADE V – Ciclo Orçamentário e Execução orçamentária das Receitas e das Despesas e controles contábeis e sociais e prestação de contas.

UNIDADE VI – Noções e procedimentos de Licitações aplicadas ao Setor Público, pregões e Contratos administrativos e Regime Diferenciado de Contratações (RDC)

UNIDADE VII – Créditos orçamentários, Créditos Adicionais, Regime de Adiantamento e Cartão Corporativo.

UNIDADE VIII – Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF 101/2000, e LC 137/2009, Decreto 7.186, prestação de contas e responsabilidades fiscais e criminais e transparências da gestão pública e portais da transparências.

Metodologia



Aulas expositivas num processo interativo de participação dos alunos com estímulo aos debates e discussões em sala de aula e pesquisas em sites disponíveis.

Palestras com professores convidados sobre orçamento público e licitação e pregão.

Atividades de Pesquisas em sites sobre LOA, LDO, PPA e PE de longo prazo, e pesquisas sobre transparências e prestação de contas.

Atividades para fixação do conteúdo ministrado com questões objetivas e ou subjetivas;

Atividade prática de pesquisa na internet dos instrumentos legais disponíveis sobre transparência e Gestão Pública.

Recursos Didáticos

Quadro Magnético branco; Projetor multimídia; Textos explicativos; Resoluções do CFC (NBCASP); Portarias STN/SOF, Lei 4.320. Manual da Receita, Manual da Despesa e Manual de Elaboração do Orçamento da União, Publicações de jornais, revistas e internet. Pesquisa da LOA, PPA e LDO, disponíveis na internet e Pesquisa das contas públicas em portais da Transparência das Contas Públicas.

Critério de Avaliação

- 03 Provas Parciais (peso 5,5), aplicadas após cada unidade
- 03 Atividades de pesquisa (peso 1,5) em sites
- 10 Atividades de fixação (peso 2,5,) em sala de aula ou extra sala
- Participação em sala de aula com a resolução de exercícios e trabalhos individuais
- **Prova Final: Data 09/12 (4ª Feira) ÀS 19:00 HORAS** (os o aluno tem que ter no mínimo 75% de presença) Matéria toda.

Observações

Os alunos deverão observar as normas da Universidade referentes à frequência e faltas às aulas. 75% de presença). No caso das atividades de pesquisa, caso a mesma tenha alguma caracterização de PLÁGIO, CÓPIA, a nota será **ZERO**. Igualmente se a mesma for CÓPIA parcial ou total de atividade de colegas.

Nas provas parciais, sem consulta, em havendo procedimentos de “COLA” a nota será **ZERO**.

No caso das atividades de avaliação programadas para a realização em sala de aula (EXCETO PROVA) caso o aluno NÃO possa comparecer para a realização da mesma, o peso da prova será diferenciado, para compensar o peso da atividade que não foi realizada.

As atividades p/avaliação parcial, realizadas EXTRA SALA DE AULA, deverão **ser entregues até às 19h15**, ultrapando o horário fixado haverá a aplicação do redutor de nota de 20%, válido para as atividades entregues fora do horário e data estabelecidos. **Caso o aluno vislumbre a possibilidade de chegar atrasado a aula programada, OU MESMO QUE NÃO PODERÁ PARTICIPAR DA AULA, o mesmo deverá, por medida de segurança, enviar a ATIVIDADE POR E-MAIL, com posterior ENTREGA da atividade devidamente impressa para a correção.**

Nas atividades com consulta, serão aceitas as consultas no seu próprio material, não se admitindo consultar material de colega de classe.

Nas atividades de avaliação **SEM CONSULTA, não serão admitidos objetos sob a carteira, exceto a caneta esferográfica, nem o uso de celular ou aparelhos equivalente.** O uso de celular ou equivalente implicará em anulação da atividade ou prova.

Bibliografia Básica

BRASIL. Lei 4.320. Brasília: 1946.

____. Lei Complementar 101. Brasília: 2000

____. Constituição Federal. Brasília: 1988.

____. Lei 8.666/1993 (Licitações)

____. Lei 10.520/2002 (Pregão Eletrônico)

____. Lei 8987/1995 (Concessão e Permissão)

____. Lei 12.426/2011 (Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC)



_____. **Manual Técnico de Orçamento (MTO) disponível no site:**

http://www.orcamentofederal.gov.br/informacoes-ormentarias/manual-tecnico/MTO_2012.pdf

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (Brasil). Resoluções 1.128 e 1137/ 2008. – Aprova s NBCASP. Disponível em: <http://www.cfc.org.br>. Acesso em: 02 mar. 2011.

BEZERRA FILHO, João Eudes. **Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. 1ª Ed. São Paulo. Atlas, 2014.

_____. **Orçamento Aplicado ao Setor Público**. 2ª Ed. São Paulo. Atlas, 2013.

CASTRO, Domingos Poubel de”et AL” . Contabilidade pública – no Governo Federal. 3ª. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

PISCITELLE, Roberto Bocaccio “et al “. Contabilidade pública - Uma abordagem de administração financeira. 10ª. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

REIS, Heraldo da Costa; MACHADO JÚNIO, J. Teixeira. **A lei 4.320 comentada**. 23 ed. Rio de Janeiro: IBAM, 1.991.

SILVA, Lino Martins da .Contabilidade Governamental -Um enfoque administrativo. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

Bibliografia Complementar

GIACOMONI, James. Orçamento público. 9. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

ROSA, Maria Berenice. **Contabilidade do Setor Público**. 1ª Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

KOHAMA, Heilio. Contabilidade Pública Teoria e Prática. 10ª Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SLOMSKY, Valmor. Manual de contabilidade pública. Um enfoque na contabilidade municipal. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Biblioteca Central. Guia para normalização de referências bibliográficas: NBR 6023. Vitória, UFES, 2005.

_____. Normalização e apresentação de trabalhos científicos e acadêmicos. Vitória, UFES, 2005.

Fontes adicionais para consultas de artigos científicos em revistas e congressos e legislação:

<http://www.eac.fea.usp.br/eac/revista/> ; / <http://www.congressosp.fipecafi.org/index.asp>

<http://www.prefeituralivre.com.br/> <http://www.portal-gestao.com>

<http://www.ibge.gov.br> // <http://www.igf.com.br> //

<http://portal.mec.gov.br> // <http://www.finde.gov.br>

<http://qese.edunet.sp.gov.br/fundef> // <http://www.eshoje.com.br>

<http://www.rac.com.br> ; / <http://www.anpad.org.br/bar> ;

<http://www.anpad.org.br/rac> // <http://www.bbronline.com.br>

<http://www.usp.br/rcfearp/index.php/rco/index> // <http://www.periodicos.capes.gov.br>

<http://www.tesouro.fazenda.gov.br> // <http://www.portalsof.planejamento.gov.br>

<http://www.treparencia.gov.br> / <http://www.tmunicipios.gov.br>

Vitória, 03 de agosto de 2015

TEREZA CECILIA BRUNELI
Professora

CLAUDIO SIMÕES SALIM
Chefe Deptº de Ciências Contábeis

“A educação tem raízes amargas, mas os seus frutos são doces.” (Aristóteles)